

A IDADE MÉDIA EM ALEXANDRE HERCULANO (SÉCULO XIX)

THE MIDDLE AGES IN ALEXANDRE HERCULANO (19TH CENTURY)

Larissa da Costa Oliveira¹

Resumo: Neste artigo abordou-se a noção de Nação portuguesa do século XIX a partir de uma análise do romance histórico “O bobo” de Alexandre Herculano. Neste, a Idade Média é um momento fundamental em razão das liberdades existentes e demais valores que caracterizariam a monarquia. Ao olhar para a Idade Média, Herculano visava três objetivos: 1) defender a autonomia de Portugal frente aos outros países da Europa e assegurar sua importância no cenário europeu; 2) construir a identidade nacional portuguesa; 3) e consolidar um Estado liberal.

Palavras-chaves: Nação portuguesa – Idade Média - Liberdade

Abstract: In this article, we approached the notion of portuguese Nation on the XIXth century as from an analysis of the historical novel “O bobo” by Alexandre Herculano. On this novel, the Middle Ages is a central moment due to the liberties that existed and other values that feature the monarchy. By looking at the Middle Ages, Herculano sought three goals: 1) to defend the autonomy of Portugal compared to the other european countries and to secure its importance on the european scenario; 2) to make the portuguese national identity; 3) to consolidate a liberal State.

Keywords: Portuguese nation – The Middle Ages – Liberty

Introdução

Este artigo procurou compreender o modo como Alexandre Herculano selecionou e lidou com o passado medieval português por meio do romance histórico *O bobo*, publicado nas páginas do periódico *O Panorama* durante o ano de 1843. A narrativa se passa no ano de 1128 e tem por tema a batalha de São Mamede e os eventos anteriores a ela, esboçando os caminhos traçados pelos personagens até o desfecho final, no qual o príncipe Alfonso Henriques lutou contra sua mãe, a rainha Dona Tereza, e o aliado da monarca, o conde castelhano Fernando Peres da Trava.

¹ Este artigo é parte da pesquisa de mestrado intitulada “A construção da nação portuguesa em Alexandre Herculano na primeira metade do século XIX”, desenvolvida na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-UNIFESP) sob orientação da Profa. Dra. Ana Lúcia Lana Nemi. Conta com apoio financeiro da FAPESP. Pesquisadora Colaboradora do Núcleo de Estudos Ibéricos. Contato: la.oliveira24@gmail.com

O romance também conta com um núcleo amoroso, no qual a dama da corte Dulce, filha adotiva da rainha, era apaixonada por Egas Moniz, cavaleiro português e aio de Alfonso Henriques, que havia partido para lutar nas Cruzadas e voltar com honras e glórias para poder desposar a dama. No entanto, havia também outro cavaleiro apaixonado pela dama, o castelhano chamado Garcia Bermudez, aio de Fernão Peres da Trava, que vivia na corte. O conde da Trava precisava da gratidão e do apoio incondicional de seu cavaleiro, bem como de aumentar os laços com a rainha. Então, manipulou Dulce e fez com que ela se casasse com Garcia, ameaçando matar Egas, preso no castelo depois de tentar um acordo de paz entre o conde e o príncipe, caso isso não ocorresse.

Entre o drama político e amoroso do romance, o desfecho da batalha ocorreu e o responsável pela vitória para o príncipe foi o bobo da corte Dom Bibas. Depois de ser injustamente castigado devido à trova feita contra o conde da Trava, o truão decidiu se vingar deste e de seus partidários. O meio encontrado para sua vingança foi revelar aos cavaleiros do príncipe um caminho secreto que apenas ele conhecia, o qual ligava o interior do castelo ao exterior. Com a passagem, os partidários de Alfonso Henriques puderam sair do burgo momentos antes de o conde ordenar que fossem todos presos e, depois, Alfonso Henriques atacou em duas frentes. No conflito final, o príncipe venceu o conde da Trava e este e a rainha fugiram juntos para o castelo de Lanhoso, o que significou a autonomia do condado portugalense frente ao reino de Leão e o início do processo de independência portuguesa. Com relação ao núcleo amoroso, Egas matou Garcia em combate, Dulce morreu de tristeza e Egas entrou para o mosteiro. Mas, dias depois, foi encontrado morto sobre o túmulo de Dulce.

Retomando alguns conteúdos desenvolvidos no romance e dialogando com a formação de Herculano e sua temporalidade, buscou-se compreender o que foi exaltado e criticado pelo autor com o objetivo de construir uma noção de nação portuguesa por meio da busca de suas tradições e valores no passado medieval. Nascido em 1810, Herculano foi historiador, jornalista e literato, engajado com a política da primeira metade do século XIX². Cresceu e vivenciou um contexto de diversas crises, mas principalmente, de mudanças no regime político português, com o desenvolvimento e estabelecimento da corrente liberal cartista no poder, à qual era favorável. Após as invasões francesas nos anos de 1810, a família real navegou para o Brasil, dando fim ao pacto colonial e à hegemonia da metrópole³. As Invasões Francesas são tidas como um marco diferenciador no caráter dos movimentos de contestação social portugueses segundo José Tengarrinha⁴, nos quais a população adquiria consciência de seu poder. Não apenas camadas de pessoas pobres e camponesas, como também camadas médias e médias inferiores aderiram aos atos de “rebeldia social”, de modo que o tecido de contestação social era composto de maior heterogeneidade.

As rupturas trazidas pela Revolução Francesa somadas às mudanças políticas neste novo período, e às mudanças propiciadas pela Revolução Industrial,

² SARAIVA, Antonio José. *Herculano e o liberalismo em Portugal*. Castelo Branco: Bertrand, 1977. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Herculano e a consciência do liberalismo português*. Castelo Branco: Bertrand, 1977.

³ HOMEM, Amadeu Carvalho. “Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo”. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. (Coleção História).

⁴ TENGARRINHA, José. “Contestação rural e revolução liberal em Portugal”. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. (Coleção História).

possibilitaram não apenas a reorganização territorial de grande parte do continente, como também o desenvolvimento de novos projetos e possibilidades para as nações. Houve o esboço de novos caminhos por parte dos intelectuais e juristas da época para o país, dentre os quais Herculano. Uma destas vias foi o desenvolvimento do liberalismo de cunho constitucional⁵. Nesse sentido, procurou-se considerar o texto literário como portador de uma finalidade política, além de sua dimensão estética autônoma, na tentativa de validar o novo regime no poder ao mesmo tempo em que tracejava possibilidades para a nação e o governo.

Os liberalismos oitocentistas e o “perigo” popular

Com a morte de D. João VI, teve início a disputa sucessória pelo trono. Havia uma corrente “legitimista” defendendo D. Miguel, e outra “liberal”, a favor de D. Pedro IV, que buscava nas tradições o argumento de que a Coroa deveria ser entregue ao filho mais velho. Procurando evitar um conflito ainda mais grave, D. Pedro IV abriu mão do trono português em nome de sua filha, D. Maria da Glória, acordando que D. Miguel se casaria com ela e respeitaria o que fora articulado na Carta Constitucional por ele outorgada em 1826⁶.

A Carta defendida pelo monarca, e pela qual Herculano lutou, pregava um liberalismo de cunho conservador. Diferente da Constituição de 1822, que era mais radical e fora imposta unilateralmente ao soberano, a Carta fora elaborada com a ajuda dele, e aumentava seus poderes políticos. Segundo Carvalho Homem,

Enquanto a Constituição consagra abertamente o princípio da soberania nacional, a Carta reconhece na figura do rei o depositário e o garante do travejamento do Estado. (...) A Carta Constitucional de 1826 confere ao poder moderador, identificado com a potestade realenga, uma função arbitral e censória sobre os restantes poderes, que assim lhe ficam submetidos.⁷

No entanto, a Carta não foi prontamente aceita. Dom Miguel não respeitou o acordo e, logo depois de casado, restaurou o absolutismo no país em 1828, sendo que Herculano fez parte do levante contra este monarca, realizado em 21 de agosto de 1831.

⁵ VARGUES, Isabel Nobre. “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Co-autor: Regina Anacleto. Lisboa: Estampa, 1998. v. 5 – O Liberalismo (1807-1890). pp. 41-55.

⁶ HOMEM, Amadeu Carvalho. “Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo”. Op. cit. Dom Pedro IV de Portugal, também conhecido como D. Pedro I do Brasil, filho de D. João IV de Portugal e D. Carlota Joaquina. Veio para o Brasil com a corte portuguesa quando Napoleão invadiu este território. Com o retorno de D. João para Portugal, D. Pedro ficou no Brasil e proclamou a independência do país, logo depois sendo nomeado o primeiro imperador. Com a morte de D. João VI, retornou para Portugal sendo designado rei. Ele outorgou a Carta Constitucional de 1826, mas abdicou do poder em nome da filha.

⁷ Idem, p.267.

O levante fracassou e Herculano partiu para o exílio na Inglaterra e depois na França. Em 1832, retornou para Portugal, participou de diversos conflitos armados nos meses seguintes até ser dispensado do serviço ativo⁸.

A vitória liberal em 1834, no entanto, não trouxe um contexto de estabilidade que se esperava. A cisão dos liberais em diversas correntes revelou novas crises políticas e, neste entremeio, houve também uma forte intervenção militar no poder português. Logo depois, em 1836, ocorreu um novo conflito, majoritariamente civil no seu início, conhecido como revolução de setembro, ou Setembrismo. Apesar de a maior parte dos membros do governo ser favorável à Carta de 1826, com a chegada de deputados opositores à Lisboa, em 1836, tiveram início fortes manifestações populares em apoio a eles e à Constituição de 1822. Começou, então, o movimento revoltoso que aboliu a Carta Constitucional e retomou a primeira Constituição⁹.

Encarregado de dar fim a ela, Costa Cabral foi nomeado governador civil de Lisboa e, em 1838, foi elaborada nova constituição. Qualificado por Carvalho Homem como um retorno à “constitucionalidade cartista”, uma vez que em 1842 a rainha declarou a restauração da Carta e Costa Cabral foi nomeado ministro do reino, o cabralismo foi um governo que perseguiu e reprimiu vozes dissonantes das veiculadas por ele.

Herculano foi partidário de D. Pedro e de seu projeto cartista. Via no regime monárquico a forma de governo ideal para Portugal, e pode ser considerado um liberal conservador, uma vez que defendia o liberalismo político, mas não considerava a soberania popular como essencial, como pode ser observado em seu texto panfletário intitulado *A voz do profeta*, publicado em 1836:

Os tiranos sorriem, e dizem por escárnio aos homens virtuosos: ides, e dai a liberdade às turbas; erguei à dignidade de homens livres servos devassos, e educados no lodo: eles vos pagarão com a única moeda, que guardam em seus tesouros.

A relé popular é chamada as fezes da Sociedade, não porque é humilde, não porque é pobre, mas porque é vil, e malvada.¹⁰

Ao longo do panfleto, é possível perceber que os conflitos de 1836 marcaram profundamente Herculano. Segundo Marques, “Tal visão se deveu ao elevado número

⁸ SARAIVA, Antonio José. *Herculano e o liberalismo em Portugal*. Op. cit.

⁹ MARQUES, WILTON José. “Alexandre Herculano e *A voz do profeta*”. *Navegações*, v.5, n.1, p.40-47, jan./jun. 2012.

¹⁰ HERCULANO, Alexandre. “A voz do profeta”. In: HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos*. Lisboa: Viúva Bertrand, 1873-1908. 10v. v.1 – Questões Públicas, tomo I, p.5. Primeira série. Nota: A grafia dos textos de Herculano foi atualizada para o português moderno. Segue o original: “Os tyrannos sorriem, e dizem por escárneo aos homens virtuosos: ides, e dae a liberdade às turbas; erguei á dignidade de homens livres servos devassos, e educados no lodo: eles vos pagarão com a única moeda, que guardam em seus tesouros. A relé popular é chamada as feses da Sociedade, não porque é humilde, não porque é pobre, mas porque é vil, e malvada”.

de descamisados, que, descontentes, ou talvez ludibriados, com as muitas promessas não cumpridas de melhoria de vida, afluíram para Lisboa”¹¹.

Neste fragmento, é visível o medo do povo e como considerava um grande perigo a população inculta e “selvagem”, a qual chamou de “fezes da sociedade”. O receio da população, cujos atos e revoltas logo poderiam sair do controle e gerar grandes conflitos civis, demonstra também que, segundo o autor, a população inculta, sem instrução, não deveria ter voz política, uma vez que isto seria desastroso, como esboçou em *A voz do profeta*. A população deveria ser guiada por representantes e governantes que soubessem o que fosse melhor para elas¹². Nesse sentido, manter a hierarquia social era fundamental neste novo regime, uma vez que ainda se temia a força do movimento popular que se mostrava incontrolável.

Em meio a todos estes acontecimentos havia questionamentos quanto à viabilidade da existência de Portugal, uma nação geograficamente pequena, mas já envolta em tantas crises e disputas políticas e civis. Isto alimentava certa sensação de “decadência” entre os letrados. Estes viam como sua responsabilidade buscar no passado uma saída para este estado do presente, tentando recuperar o que seria a índole da “alma nacional” portuguesa. Ou seja, estavam em busca do que seria o “caráter” da nação, ou a personalidade específica e autônoma portuguesa. Segundo o historiador Fernando Catroga¹³, esta busca tinha por objetivo nacionalizar as consciências e estimular o desenvolvimento de um sentimento patriótico e de um consenso nacional em uma época de distúrbios e instabilidade. No caso de Herculano, a temporalidade na qual estas características seriam encontradas era o passado medieval português.

Foi neste contexto que se fundou a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, em 1837 e, junto, com ela o periódico *O Panorama*. Os objetivos principais da Sociedade e do periódico podem ser resumidos da seguinte forma:

Neste estado, pois, da ilustração e do progresso, o que mais importa é o dilatar por todas as nações, e introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução; porque este é o espírito do nosso tempo, e porque esta tendência é generosa e útil.

(...) Assim a Sociedade Propagadora dos conhecimentos uteis julgou dever seguir o exemplo dos países mais ilustrados, fazendo publicar um jornal que derramasse uma instrução variada, e que pudesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, acomodando-o ao estado de atraso, em que ainda nos achamos. Esta nobre empresa será por certo louvada e protegida por todos aqueles, que amam deveras a civilização da sua pátria¹⁴.

¹¹ MARQUES, WILTON José. Alexandre Herculano e *A voz do profeta*. Op. Cit, p.44.

¹² HERCULANO, Alexandre. “A voz do profeta”. Op. cit.

¹³ CATROGA, Fernando. “Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico”. In: TORGAL, L.R.; MENDES, J.A.; CATROGA, F. (Autores). *História da História em Portugal: séculos XIX-XX*. Portugal: Temas e Debates, 1998a. Cap. 2, pp.45-98, v. 1: A História através da História.

¹⁴ HERCULANO, Alexandre. “Introdução”. In: **O panorama**: jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, v.1, n.1 (6 de Maio de 1837), p.1-2. Versão original: “Neste estado, pois, da illustração e do

Nesse sentido, a Sociedade tinha por principal objetivo o desenvolvimento da instrução em Portugal, sendo o periódico um de seus meios de divulgação¹⁵. Ambos estavam ligados à difusão de uma cultura de vertente iluminista, visando o progresso na tentativa de igualar Portugal às demais nações da Europa consideradas desenvolvidas. São também consideradas como estratégias culturais do regime liberal para se legitimar e se enraizar no poder. Conhecimentos Úteis seriam aqueles que, na perspectiva da Sociedade, servissem para um propósito no presente. No caso, o de desenvolver Portugal e recuperar o que estes intelectuais pensavam ser sua essência, esquecida nos seus tempos de “glórias”, parte do que acreditavam ser a “alma nacional” portuguesa¹⁶.

Depois de pedir demissão do serviço público português por discordar do governo Setembrista, em 1836, Herculano aceitou fazer parte da redação do periódico *O Panorama*, em 1837, no qual escrevia sobre diversos temas até 1845, quando o periódico teve seu fim¹⁷. *O Panorama* era considerado propagador de conhecimentos e foi visto como um modo de diminuir o “atraso” português, de iniciativa intelectual, e também com a finalidade de ensinar a população a se controlar de modo a diminuir os níveis de violência e conflito¹⁸. Como o próprio Alexandre Herculano afirmou na introdução aos leitores de 1842, o periódico visava contribuir para “melhorar os homens por meio do derramamento das luzes”¹⁹.

A questão da instrução popular foi considerada pelos seus editores como um movimento progressivo da humanidade. No entanto, Portugal estaria atrasado neste quadro, uma vez que a falta de instrução atingia até mesmo as classes sociais superiores que, em teoria, deveriam ser ilustradas. Nesse sentido, pode ser percebida a comparação entre Portugal e as demais nações europeias, somada à uma preocupação relacionada à noção de progresso, que estaria ligada à alfabetização e instrução popular, conforme citado no trecho acima.

Segundo dados apresentados pelo pesquisador Paulo Mota²⁰, nos anos 1850 apenas 15% da população portuguesa era alfabetizada, número este ainda menor se

progresso, o que mais importa é o dilatar por todas as nações, e introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução; porque este é o espírito do nosso tempo, e porque esta tendência é generosa e útil. (...) Assim a Sociedade Propagadora dos conhecimentos uteis julgou dever seguir o exemplo dos países mais ilustrados, fazendo publicar um jornal que derramasse uma instrução variada, e que pudesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, accommodando-o ao estado de atraso, em que ainda nos achamos. Esta nobre empresa será por certo louvada e protegida por todos aqueles, que amam de veras a civilização da sua pátria”.

¹⁵ SANT’ANNA, Benedita de Cássia Lima. *O Panorama* (1837-1868): História de um jornal. *Patrimônio & Memória*, São Paulo, v.4, n.º.2, p.236-254, junho de 2009.

¹⁶ SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. SANTOS, Evandro. “Regeneração e decadência: História, literatura e os usos do passado e do presente no Portugal oitocentista”. *Revista História e Cultura*. Franca, v.3, n.1, 2014. P. 90-104.

¹⁷ SANT’ANNA, Benedita de Cássia Lima. *O Panorama* (1837-1868): História de um jornal. Op. cit. OLIVEIRA e SILVA, João Lourival da Rocha. *O Panorama* (1837-1844): Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade do Oitocentos. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2012 (Ciências da informação/Jornalismo, tese de doutorado).

¹⁸ Idem

¹⁹ HERCULANO, Alexandre. “Introdução”. In: **O Panorama**: jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842, p.1.

²⁰ OLIVEIRA, Paulo Motta. Cartografia de Muitos Embates – A Ascensão do Romance em Portugal. *Floema*, Ano VII, n.9, p.249-282, jan./jun. 2011.

comparado com os índices de 70% da Inglaterra e 55% da França. Estes conteúdos selecionados pelos editores e publicados no periódico dialogavam diretamente com o projeto de Portugal que eles desejavam. Ou seja, defendiam uma sociedade de caráter liberal – apesar de as diversas vertentes liberais estarem em conflito naquele período oitocentista português –; acreditavam vivenciar um presente decadente; e deveriam buscar lições no passado para melhorar a situação atual, como pode ser observado nas Cartas²¹ escritas por Herculano, nas quais o autor afirma que a história era uma ciência de aplicação, cuja finalidade era trazer lições do passado. Escrita da história e arte são duas dimensões que se imbricam no romance estudado, e por isso é importante levar em consideração tanto a autonomia do objeto artístico, como também a finalidade instrutiva que ele adquiriria ao trazer conteúdos históricos para o presente.

O romance, o estudo da história e a busca pela verdade

Enquanto historiador, Herculano buscava ao máximo a aproximação com a verdade do passado, construindo uma perspectiva crítica e analítica sobre as fontes documentais estudadas, assim como sobre costumes e tradições²². Enquanto literato, o autor pregava a arte com sua liberdade criativa, sem descartar seu papel de instrução e sua preocupação política. A arte deveria buscar também a especificidade nacional, valorizando o que seria dos portugueses, seus valores, sua moral, sua mitologia local, ao invés de algo com caráter demasiado universalista²³.

Em seu artigo, Michelle Fernanda Tasca observou que Herculano deve ser compreendido em sua dupla atuação, de historiador e romancista, uma vez que estas duas dimensões se complementam:

(...) como romancista, utilizava meios e recursos do domínio da história para compor sua literatura; como historiador, não se abstinha por completo de elementos ligados à imaginação histórica e romantização para complementar as informações documentais na composição de sua narrativa²⁴.

Segundo Margarida Cardoso²⁵, a ficção histórica de Herculano realizou uma simbiose entre “imaginação” e “verdade”.

²¹ HERCULANO, Alexandre. “Cartas Sobre a História de Portugal (1842)”. In: *Opúsculos*, Lisboa: Viúva Bertrand, 1873-1908, v.5: Controvérsias e Estudos Históricos, Tomo II.

²² CARDOSO, Margarida. “Alexandre Herculano”. In: CASTRO, Francisco Lyon de; REIS, Carlos; LOPES, Óscar; et al. *História da Literatura Portuguesa*, v.4: Romantismo. Lisboa, Alfa: 2001.

²³ MARQUES, Wilton José. Alexandre Herculano e *A voz do profeta*. Op cit.

²⁴ TASCA, Michelle Fernanda. A objetividade e a imaginação histórica na escrita de Alexandre Herculano. In: Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. P.1.

²⁵ CARDOSO, Margarida. “Alexandre Herculano”. Op. cit.

(...) ficção e conhecimento histórico se conglomera para obtenção da verossimilhança. O historiador desenha o pano de fundo da acção, explicando as questões políticas, as tensões sociais, os cenários onde ocorrem os eventos; sobre esse painel em que se enquadram as personagens que têm referentes reais, o ficcionista faz evoluir ‘heróis’ saídos da sua imaginação, a que atribui conflitos íntimos que traduzem a perene tragédia de ‘almas’ torturadas pelo mundo, mas sob modalidades prováveis no circunstancialismo da época em que a diegese é colocada²⁶

Nesse sentido, procurou-se considerar a imbricação de ambos na elaboração do romance estudado, visando a divulgação de um conhecimento histórico para a população. Neste caso, é mais produtivo olhar para o texto com a noção de verossimilhança, devido às liberdades do letrado, sem esquecer do compromisso do historiador. Então é possível retirar um conhecimento, historicamente plausível e carregado de valores e lições para o presente. Como o próprio autor esboçou:

E a arte? Que a arte em todas as suas formas externas represente este nobre pensamento: - que o drama, o poema, o romance sejam sempre um eco das eras poéticas da nossa terra. Que o povo encontre em tudo e por toda a parte o grande e venerando vulto de seus antepassados. Ser-lhe-ha amarga a comparação. Mas como ao inocentinho infante da Jerusalem Libertada, homens da arte, aspergi de suave licor a borda da taça onde está o remédio que pode salva-lo²⁷.

O remédio era amargo, mas podia salvar o doente: ou seja, recuperar o passado por meio da história seria o medicamento amargo para tirar Portugal do presente de crise que se encontrava. Para tal, para que a população conseguisse digeri-lo, era necessário um gosto inicial agradável, ou seja, utilizar das dimensões artísticas – como o romance, a pintura, a ficção – para chamar a atenção e fazer com que o corpo doente pudesse tomar sua medicação.

Liberdade, independência e autonomia portuguesa

²⁶ Idem, p.172.

²⁷ HERCULANO, Alexandre. “O Bobo”. In: *O Panorama*: jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, janeiro a agosto de 1843, p.12. Versão original: “E a arte? Que a arte em todas as suas formas externas represente este nobre pensamento: - que o drama, o poema, o romance sejam sempre um eco das eras poéticas da nossa terra. Que o povo encontre em tudo e por toda a parte o grande e venerando vulto de seus antepassados. Ser-lhe-ha amarga a comparação. Mas como ao inocentinho infante da Jerusalem Libertada, homens da arte, aspergi de suave licor a borda da taça onde está o remedio que póde salva-lo”.

O romance e o momento do passado sobre o qual Herculano escreveu trazem fortes traços de desenvolvimento de uma noção de nação portuguesa por meio de valores expressos e valorização das tradições e da própria história nacional. O principal deles, que dialoga com o enraizamento do liberalismo, é a liberdade defendida no romance, tanto no âmbito político como no pessoal.

Herculano selecionou um período do passado medieval português, mais especificamente um ano do século XII, no qual Alfonso Henriques lutou contra sua mãe, a rainha dona Tereza, e tomou o comando do castelo de Guimarães. Parte integrante do novo movimento literário conhecido como Romantismo, Herculano inspirou-se na Idade Média ao buscar no passado as raízes nacionais²⁸. Em linhas gerais, o movimento romântico teve por características principais a valorização do indivíduo, de modo que houvesse uma forte crítica ao poder autoritário; a busca por uma consciência histórica e nacional. Ou seja, o principal objeto a ser estudado e revelado seria a Nação, enquanto indivíduo e corpo moral segundo Herculano; e a estética que ganhou uma função nacionalista, de utilidade. Apesar de ter por finalidade a si mesma, sem compromisso com a verdade, ela teria também um objetivo de instruir e ensinar valores²⁹.

Nesse sentido, a escolha do período feita por Herculano não foi arbitrária, e dá indícios do posicionamento do autor sobre seu tempo. No romance, a luta foi colocada como um conflito que teve início na disputa pelo poder, mas acabou tornando-se uma luta pela independência e autonomia da nação portuguesa. Na sua lógica, este período marcou o início do processo de independência do reino de Portugal, sendo também um marco sobre como este reino se constituiu enquanto tal: “evocar a Idade Média era, para Herculano, recriar a gestação da Nação – propósito bem romântico – e retrazar uma época que respondia às suas convicções político-sociais”³⁰. Neste caso, o liberalismo e municipalismo defendidos pelo autor tinham inspirações em práticas da sociedade medieval.

Escolhendo o momento fundacional da nação e seus governantes, Herculano discorreu sobre suas qualidades em alguns comentários ao longo do texto, nos quais foi possível perceber aproximações com os objetivos do autor de defender a monarquia pautada por princípios que não os absolutistas e o contexto oitocentista de estabelecer possibilidades e caminhos para o país.

Suas caracterizações, valores e atos contribuem para o desenvolvimento da concepção do ser português, assim como do que seria bom ou ruim em um monarca. Logo no início do romance, o autor realizou uma contextualização da Península Ibérica e do condado portugalense durante a mudança do poder até chegar a Dona Tereza e trouxe alguns trechos sobre seu falecido marido. Apesar de não ser uma personagem na trama, Dom Henrique foi mencionado no primeiro e no último capítulo. Logo no início, foi caracterizado como uma pessoa que não se aliava a outros governantes. Ao

²⁸ FRANÇA, José-Augusto. “Perspectiva do romantismo português”. In. CASTRO, Francisco Lyon de; REIS, Carlos; LOPES, Óscar; et al. *História da Literatura Portuguesa*, v.4: Romantismo. Lisboa, Alfa: 2001.

²⁹ MONTEIRO, Ofélia Paiva. “O período literário romântico: unidade e diversidade”. In. CASTRO, Francisco Lyon de; REIS, Carlos; LOPES, Óscar; et al. *História da Literatura Portuguesa*, v.4: Romantismo. Lisboa, Alfa: 2001.

³⁰ CARDOSO, Margarida. “Alexandre Herculano”. Op. cit., p.169.

contrário, seu objetivo era construir um estado independente em qualquer território onde reinasse. Esta valorização da vontade de independência foi retomada também no último capítulo, quase que como um exemplo a ser seguido. Discorrendo sobre a masmorra do Castelo de Guimarães que teria sido construída por D. Henrique, Herculano afirmou:

Devemos crer, ao menos piamente, que o conde Henrique, na época em que alevantou o castelo de Guimarães, não lançou nos fundamentos do seu edifício soberbo um cárcere seguro e vasto com os intuitos de rapina que guiavam o comum dos senhores nestas tristes edificações. Ainda que algum documentinho de má morte provasse o contrário cumpria-nos po-lo no escuro, ou contestar-lhe francamente a autenticidade, porque o conde foi o fundador da monarquia, e a monarquia desfunda-se uma vez que tal coisa se admita. Assim é que se há de escrever a história, e quem não o fizer por este gosto, evidente é que pode tratar de outro ofício³¹.

Note-se neste trecho a defesa que Herculano fez de D. Henrique – tido como fundador da monarquia portuguesa – e, ao mesmo tempo, a caracterização do que seria uma monarquia e de certos valores considerados importantes que diferiam este monarca de outros do mesmo período. A monarquia só seria legítima se não visasse o roubo e se fosse, de certa forma, justa para com seus súditos, sempre prezando pela “ordem” para que não houvesse ânimos exaltados e revoltosos, nem de seus súditos, nem de seus inimigos cativos nas prisões portuguesas. Afirmando que, talvez mais importante que a ostentação dos castelos e sua proteção, fosse a construção das masmorras nas quais os senhores praticavam atrocidades e tinham por finalidade a “rapina”, Herculano também afirmou que este não foi o aspecto que a monarquia portuguesa tinha em seu passado e, por consequência, isto não estaria em suas raízes e não deveria estar em seu presente.

Em suas *Cartas sobre a História de Portugal*, o autor reconheceu a necessidade do regime monárquico como forma de política mais adequada à nação. No entanto, demarcou que a tradição monárquica medieval não deveria ser confundida com a monarquia absoluta, implantada no século XV. Esta, teria se degenerado e corrompido, tornando-se opressora quando passou de um governo guerreiro medieval para um governo mercantil com os descobrimentos: “Nem d’outro modo podia acontecer: ele representava unicamente a ordem e a paz, os elementos d’onde podia nascer a independência e a liberdade tinham sido completamente esmagados ou constringidos ao silêncio”³².

³¹ HERCULANO, Alexandre. O Bobo. Op. cit. Cap. 14, p.226. Versão original: “Devemos crer, ao menos piamente, que o conde Henrique, na época em que alevantou o castello de Guimarães, não lançou nos fundamentos do seu edifício soberbo um cárcere seguro e vasto com os intuitos de rapina que guiavam o commum dos senhores nestas tristes edificações. Ainda que algum documentinho de má morte provasse o contrário cumpria-nos po-lo no escuro, ou contestar-lhe francamente a autenticidade, porque o conde foi o fundador da monarchia, e a monarchia desfunda-se uma vez que tal cousa se admitta. Assim é que se hade escrever a historia, e quem não o fizer por este gosto, evidente é que póde tratar d’outro officio”.

³² HERCULANO, Alexandre. “Cartas Sobre a História de Portugal (1842)”. Op. cit, p.154.

Ainda no século XV houve uma mudança na característica monárquica, que anulou a força política dos elementos feudal e municipal em nome da unidade absoluta. Nas palavras do autor, ao invés de ordem, moralidade e paz, ela carregava consigo servidão, corrupção dos costumes e medo. Deste modo, a monarquia a ser estudada para que não fossem cometidos os mesmos erros novamente deveria ser a medieval, período em que teve seu início, mas ainda não era absoluta³³.

Herculano considerava a história em dois grandes ciclos: o primeiro, medieval, de constituição da nação portuguesa. O segundo, Renascimento, de sua decadência. Neste sentido, o autor selecionou o período medieval como fundamental para se buscar lições para o presente. A Idade Média representava o princípio da substituição da variedade sobre a unidade absoluta do império existente anteriormente. Nesse sentido, a restauração da unidade como princípio dominador colocada no período Renascentista, e suas referências ao período clássico do Império Romano foram fortemente criticadas por Herculano, pois anulariam as liberdades medievais:

O princípio da liberdade pertence incontestavelmente à idade média, porque, se não me engano, a liberdade não é mais que a facilitação da variedade nos atos humanos, e a variedade é, como tenho repetido, o caráter essencial dessa época³⁴.

Deste modo, a seleção deste período para o romance estudado traz um objetivo de buscar lições para o presente, especialmente para os modos de governar oitocentistas. Rejeitar os Impérios da Antiguidade era também se opor ao Império Napoleônico e ao seu princípio de unidade, priorizando a “cor local” na busca pela identidade nacional que estava em voga nas nações oitocentistas. Esta procura por especificidades locais está presente no romance, quando o autor caracteriza os valores dos principais personagens portugueses e como eles lutaram pela constituição da nação.

Alguns valores são mais claros na representação da rainha D. Teresa. Ela foi uma personagem construída com o caráter forte, um “ânimo de ferro”, que já havia assistido a carnificinas nos campos de batalha, cuja alma era de guerreiro³⁵. A descrição da personagem da rainha pode ser lida como uma boa monarca que lutou pelos valores defendidos pelo falecido marido e, como dito no trecho destacado, pela própria independência do condado portugalense que governava. No entanto, se deixou levar pelo amor pelo conde da Trava, tornando-se submissa e fraca, de modo que quem controlava o poder era o conde, e não ela. Dona Tereza foi sempre exaltada no romance: foi comparada a uma leoa defensora, adjetivada como virtuosa, honrosa, bela e forte. Tanto na descrição da personagem, como no final da luta contra o príncipe, a rainha mostrou-se uma guerreira corajosa, que lutou bravamente ao lado de seus cavaleiros, acostumada a presenciar os horrores da guerra, e servir-lhes como inspiração.

³³ Idem.

³⁴ Idem, p.148. Versão original: “O principio da liberdade pertence incontestavelmente á idade média, porque, se não me engano, a liberdade não é mais que a facilitação da variedade nos actos humanos, e a variedade é, como tenho repetido, o caracter essencial d’essa epocha”.

³⁵ HERCULANO, Alexandre. O Bobo. Op. cit.

No entanto, a rainha encontrava-se dividida entre o filho e o amante. Sofreu quando viu sua filha adotiva, a dama Dulce, obrigada a se casar com o cavaleiro castelhano Garcia por ordens do conde da Trava:

Dolorosa era a situação de D. Thereza. Amava sinceramente Dulce; mas entre ela e o conde havia laços que não podia, que não quisera quebrar. Aquelas expressões insolentes de Fernão Peres, a audácia com que ele substituíra a própria vontade à sua, tinham uma significação terrível: despertavam-lhe recordações e remorsos! O primeiro impulso do seu espírito altivo foi a indignação; mas a vergonha, talvez o temor, lhe embargou o manifesta-la. Abaixou o rosto, e duas lágrimas lhe escorregaram pelas faces³⁶.

Mais verosímil para o leitor, o papel da rainha não foi carregado de valores exacerbados, de moral ou maldade extremas, aproximando-se da realidade e da complexidade humana sem, no entanto, perder a dimensão de mito que foi desenvolvida por Herculano na elaboração de seus personagens. É necessário apontar que a rainha e seu falecido marido foram descritos com características marcantes sobre a concepção de monarquia de Herculano: baseada na honra e força, mas mais ainda na liberdade e vontade de independência. Apesar de opositora ao príncipe Alfonso Henriques, a rainha não foi colocada como alguém que prejudicou a nação, ela não foi opositora da independência e da autonomia de Portugal. Pelo contrário, defendeu tais ideais, sendo apenas descrita como uma boa monarca que se afeiçoou demais ao conde castelhano.

Portugal e o inimigo estrangeiro: a defesa da nação e de sua autonomia

O papel de inimigo tem diversas funções na narrativa, sendo essencial para delinear o “outro” na busca por uma identidade própria. Fernando Peres da Trava, amante da rainha, foi um personagem bastante frequente no romance, cujas ações sempre visavam o acúmulo do poder. Opositor não apenas do príncipe, mas da própria independência de Portugal, ele foi caracterizado como alguém que não controlava seus humores, muito colérico e ao mesmo tempo ambicioso, dissimulado, utilizava-se de todos ao seu redor para realizar seus objetivos políticos. Ele prendia nobres e humilhava-os para uma vingança pessoal, como foi o caso de Egas e o próprio Dom Bibas; além de forçar Dulce a casar-se com Garcia.

³⁶ Idem, p.126. Versão original: “Dolorosa era a situação de D. Thereza. Amava sinceramente Dulce; mas entre ela e o conde havia laços que não podia, que não quisera quebrar. Aquelas expressões insolentes de Fernão Peres, a audácia com que ele substituíra a própria vontade á sua, tinham uma significação terrível: despertavam-lhe recordações e remorsos! O primeiro impulso do seu espírito altivo foi a indignação; mas a vergonha, talvez o temor, lhe embargou o manifesta-la. Abaixou o rosto, e duas lagrymas lhe escorregaram pelas faces”.

O conde da Trava foi considerado a partir de duas vertentes que dialogam entre si: por um lado, pode ser compreendido como uma crítica aos governos tirânicos que cerceavam as liberdades da população. Por outro, remete à influência estrangeira no território português e o perigo que isso representava para a independência e autonomia da nação.

Na narrativa de Herculano, o personagem exemplifica um modelo de ação, próxima aos governos de poder absoluto, pautados pela violência injustificada e pelo desrespeito com relação às hierarquias pactuadas.

A ideia de atormentar Egas – o pupilo querido do odioso senhor de Cresconhe – e de achar talvez na revelação do amor do mancebo pretexto para faltar a fé que devia a um mensageiro indefeso, por isso mesmo que era uma ideia vil e maligna, se lhe tornava em uma espécie de deleite e remanso no meio da tempestade que lhe agitava o ânimo (...)A raiva sufocava e tolhia a fala do conde de Trava, cujos olhos banhados de fel pareciam não lhe caberem nas órbitas. [...] Finalmente aquela espécie de espasmo terminou por uma risada medonha. Uma espuma ensanguentada borbulhava-lhe dos cantos da boca, e pendurava-se lhe em glóbulos cor de rosa na barba negra e revolta³⁷

Nesse sentido, o conde da Trava seria uma personagem que reuniria – de um modo um tanto teatralizado e levado ao limite – os aspectos que Herculano criticava e que não deveriam ser implantados em Portugal, terra na qual, segundo o autor, a tradição de governo dos portugueses – se considerarmos os personagens da rainha, seu filho e seu falecido marido, fundadores da monarquia – não seria pautada por tais princípios. Mais que apenas suas intenções, o grande problema do inimigo era não ser português e não compreender e valorizar as tradições e o passado português. Nos seguintes trechos, pode-se observar que tudo que o conde desejava era ascender ao poder, mais uma vez ignorando as tradições e as especificidades portuguesas.

Esqueceu-se do fingido respeito que em toda parte mostrava pela rainha, e principalmente na sua presença, para só se lembrar de que realmente ele era o verdadeiro senhor nos paços de Guimarães, desde que D. Thereza lhe entregara corpo e alma³⁸.

³⁷ Idem, p.202-203. Versão original: “A idéia de atormentar Egas – o pupilo querido do odioso senhor de Cresconhe – e de achar talvez na revelação do amor do mancebo pretexto para faltar a fé que devia a um mensageiro indefeso, por isso mesmo que era uma idéa vil e maligna, se lhe tornava n’uma especie de deleite e remanso no meio da tempestade que lhe agitava o animo (...)A raiva suffocava e tolhia a falla do conde de Trava, cujos olhos banhados de fel pareciam não lhe caberem nas órbitas. [...] Finalmente aquella espécie d’espasmo terminou por uma risada medonha. Uma espuma ensanguentada borboalhava-lhe dos cantos da boca, e pendurava-se-lhe em globulos côr de rosa na barba negra e revolta”.

³⁸ Idem, p.126. Versão original: “Esqueceu-se do fingido respeito que em toda parte mostrava pela rainha, e principalmente na sua presença, para só se lembrar de que realmente elle era o verdadeiro senhor nos paços de Guimarães, desde que D. Thereza lhe entregára corpo e alma”.

(...)

Depois da vitória ele obteria facilmente do imperador Affonso de Leão os condados de Portugal e Coimbra como feudos reais, e então arrancando a máscara de um amor que expirara, usaria como senhor do poder que muitas vezes se via constringido a deixar vacilante nas fracas mãos da infanta rainha³⁹.

Nesse sentido, o personagem do conde da Trava marca um forte embate sobre as interferências estrangeiras em Portugal. Não apenas uma interferência externa sobre a soberania do poder português, conforme pode ser lido nas ações e na relação do conde para com a rainha, há também uma crítica ao que esta interferência poderia trazer, que seria a ignorância e desvalorização de traços tidos como portugueses, particularmente algo caro a Herculano e que tinha relação direta com o Romantismo e com a noção de liberdade defendida pelo autor.

Para o letrado, a questão da liberdade era algo bastante cara e reportava-se às suas lutas políticas no Portugal do século XIX. As ações do conde no romance podem ser compreendidas como uma tentativa de anulação das liberdades da nobreza em nome de sua permanência no poder.

As liberdades defendidas: o papel da nobreza portuguesa

Deve-se ressaltar os sentidos que Herculano observava nas liberdades da nobreza em Portugal: a nobreza representava muitas tradições e ajudava nos princípios norteadores da monarquia e da hierarquia portuguesa. Uma intervenção estrangeira era responsável por cercear direitos e liberdades nobres, do mesmo modo como foi representado pelo papel do conde. O casamento de Dulce e Garcia foi o símbolo da sujeição do condado de Portugal sob o comando de outro reino, graças a um governante estrangeiro, mostrando o final desastroso que tal união política poderia tomar, conforme foi o desfecho trágico do trio amoroso no romance.

Na construção de enredo feita por Herculano, demasiadamente humilhado pelo conde, Dom Bibas tinha seu lugar reconhecido nos momentos-chave da vida de corte portuguesa devido à sua profissão de truão. Considerou-se aqui a valorização que Herculano fez de Dom Bibas e a significação que isto ganhou na narrativa, ou seja, o truão era portador de uma função primordial na corte, que simbolizava a liberdade de movimentação na hierarquia e o poder de criticar qualquer pessoa, até mesmo o rei. Esta função também foi descrita por Herculano como parte fundamental das tradições portuguesas ligadas à noção de liberdade. Na narrativa, o conde da Trava não apenas ignorou tudo o que o truão significava como ainda o puniu injustamente por uma trova realizada em um momento de festa, no qual dom Bibas jamais seria punido por um

³⁹ Idem, p.204. Versão original: “Depois da victoria elle obteria facilmente do imperador Affonso de Leão os condados de Portugal e Coimbra como feudos reaes, e então arrancando a mascara de um amor que expirára, usaria como senhor do poder que muitas vezes se via constringido a deixar vacillante nas fracas mãos da infanta rainha”.

monarca português que reconhecesse os valores de sua função. As punições injustas colocadas pelo conde não se limitaram a dom Bibas, como também afetaram todos os demais nobres partidários de Alfonso Henriques.

Foi este o caso de Dulce, filha de um rico-homem que morreu lutando pela paz em nome do conde da Borgonha. Com a morte de seu pai, Dulce foi deixada aos cuidados da rainha. Quando forçada a casar-se com Garcia, a dama questionou o conde da Trava da seguinte forma:

Mas vós, senhor conde, qual é vosso título para constringer minha vontade? Foste vós que honrastes o solar dos Bravaes? Recebeu D. Gomez Nunez algum préstamo de vossa mão? Que vale que vós digaes: - ordeno-o – **se eu, nobre, e livre, se eu, neta dos godos, vos responder: - não será?**⁴⁰

Especialmente o último trecho da fala de Dulce remete à questão da liberdade da nobreza de se recusar a cumprir ordens reais. A recorrência à tradição como argumento também é notória, e reforça uma busca pelo que seria “de Portugal”, as “coisas da terra” prezadas pelo movimento romântico. Nesse sentido, o elemento da tradição torna-se algo revolucionário em certa medida, pois foi utilizado para demarcar uma postura de questionamento à ordem vigente. Em uma comparação mais ampla, Dulce recorrer à tradição para sustentar sua liberdade remete à história portuguesa recorrer às tradições para assegurar sua legitimidade histórica de existência e autonomia perante um mundo em mudanças.

Dulce negou-se a obedecer às ordens justificando com seu direito de liberdade. Assim como Egas se negou a obedecer a Alfonso Henriques:

‘Depois de três anos de ausência – disse com visível agitação – voltei a Portugal para servir na paz ou defender na guerra o filho de meu senhor. Como o ceifeiro que abandonasse a seara, quando as espigas se lhe ofereciam mais bastas e formosas, assim eu abandonei as pelepas da terra santa quando mais douradas esperanças me prometiam larga colheita de gloria. Fillo por ser leal a meu preito e à fraternidade das armas. Dizei vós se o infante de Portugal me deve por isso algum prêmio?’

Alfonso Henriques fez sinal de silêncio estendendo a mão para o senhor de Cresconhe, que ia talvez repreender seu primo desta intempestiva pretensão, e respondeu:

‘Não precisas de requerer aos filhos dos bem-nascidos que o julguem vossa demanda, como é foro de Espanha. Confesso o direito que tendes, e juro que a recompensa será qual vós a pedirdes.’

⁴⁰ Idem, p. 126. Grifo meu.

‘ Ouvistes, senhores prelados e barões? – interrompeu Egas com viveza. É um juramento de infante. O galardão que peço é que me deixeis seguir esta aventura da embaixada. Não podeis já recusar-me. ’

‘Seja assim pois, - replicou o infante – e a mão de Deus e o santo apóstolo das Hespanhas vos guardem do perigo, que voluntariamente buscais, meu bom cavaleiro’⁴¹.

No entanto, a reação deste último foi completamente diferente da reação do Conde. Pode-se observar que, no caso do príncipe, o questionamento foi feito diretamente, e ele próprio defendeu que não havia a necessidade de um tribunal para julgar os méritos do cavaleiro. Há ainda uma comparação na qual Alfonso Henriques afirma que, diferente da Hespanha, onde seria necessário julgarem o direito de Egas, ele já o teria reconhecido e estaria prezando pelo bem do cavaleiro. Destaque-se que, mesmo questionado na frente de seu concelho, em momento algum o infante ficou exaltado, sequer ordenou a punição do cavaleiro por tal ato. Com um temperamento diferente do conde, mais controlado e mostrando-se aberto ao diálogo, Alfonso Henriques foi apresentado como um monarca diferente e mais “digno” do trono que o amante de sua mãe, principalmente porque prezava pelas tradições portuguesas, dentre as quais a liberdade de questionamento feita por parte da nobreza.

A afirmação da existência e a representação destes concelhos permite constatar a diferença entre ambos os monarcas e é um marco sobre o princípio de liberdade que Herculano traçou no romance. Segundo Luís Oliveira Andrade,

Construindo uma Idade Média pura, imagem mítica que até hoje perdurou, pela idealização de uma Monarquia medieval assente na liberdade e autonomia dos concelhos, células cuja vitalidade garantiam a pujante vida do Reino, Alexandre Herculano opõe-lhe os tempos modernos da decadência, estabelecendo um esquema de dois ciclos em que se dividiria a história portuguesa e explicando a passagem de um a outro por uma tripla causalidade que faria escola na historiografia nacional:

⁴¹ Idem, p.172. Versão original: “‘Depois de tres annos de ausencia – disse com visivel agitação – voltei a Portugal para servir na paz ou defender na guerra o filho de meu senhor. Como o ceifeiro que abandonasse a seara, quando as espigas se lhe offerciam mais bastas e formosas, assim eu abandonei as pelejas da Terra-santa quando mais douradas esperanças me promettiam larga colheita de gloria. Fy-lo por ser leal a meu preito e á fraternidade das armas. Dizei vós se o infante de Portugal me deve por isso algum premio?’ Affonso Henriquez fez signal de silencio estendendo a mão para o senhor de Cresconhe, que ia talvez repreender seu primo desta intempestiva pretensão, e respondeu: ‘Não precisaes de requerer aos filhos dos bem-nascidos que o julguem vossa demanda, como é foro d’Hespanha. Confesso o direito que tendes, e juro que a recompensa será qual vós a pedirdes.’” Ouvistes, senhores prelados e barões? – interrompeu Egas com viveza. É um juramento d’infante. O galardão que peço é que me deixeis seguir esta aventura da embaixada. Não podeis já recusar-me’. ‘Seja assim pois, - replicou o infante – e a mão de Deus e o santo apóstolo das Hespanhas vos guardem do perigo, que voluntariamente buscais, meu bom cavaleiro’.

monarquia absoluta, intolerância religiosa e expansão ultramarina⁴².

De fato, a preocupação com os concelhos e demais instituições descentralizadoras do poder é latente nos escritos de Herculano e dialoga com sua luta contra o absolutismo. É necessário ressaltar, no entanto, que se questiona o que foi colocado por Andrade sobre Herculano construir uma Idade Média mística e imaginada. Acredita-se que o autor de *O bobo* procurava recuperar o passado enquanto historiador, respeitando o rigor científico de seu ofício. Nesse sentido, o autor ressaltou não apenas momentos positivos, como também aspectos negativos, alguns já ultrapassados, outros ainda permanentes em seu tempo, que serão abordados a frente. No próprio romance estudado, esta questão é bastante presente nas comparações feitas pelo narrador com relação à violência medieval exacerbada, em contrapartida ao século XIX, no qual estas questões seriam menos latentes.

Sobre a descentralização do poder, a relação entre o príncipe e o cavaleiro foi possível porque, além de ambos fazerem parte de um alto patamar na hierarquia social, havia também uma noção de pacto entre eles. Seria esta noção de fraternidade de armas que dava a Egas a liberdade de questionar o príncipe quando considerasse necessário. Retomando o caso de Dulce, que questionou o conde da Trava utilizando o argumento relacionado a seu pai e o fato de não haver dependência entre ambos com relação à fraternidade de armas, ou de préstamos, para que o Conde tivesse algum poder sobre ela, trata-se do mesmo argumento utilizado por Egas. Este é um caso bastante semelhante ao que foi divulgado no conto *A Abóbada*. Neste, um mestre de obras português cego desafiou o então rei D. João I, lembrando-lhe de que lutaram juntos em batalhas e de que aquele teria conquistado sua posição por meio da espada partilhada com seus nobres. A relação de dependência com a monarquia foi afirmada, portanto, a partir de outro ponto de vista.

Ana Nemi analisou a liberdade que o mestre de obras português teve para negar um pedido do rei, mestre de Avis.

Ora, em que se fundamenta tal liberdade de se negar ao serviço solicitado pelo Rei? Nas batalhas travadas em conjunto, não há dúvida, batalhas conduzidas pela nobreza dos portugueses que, dessa forma, construíram uma noção de vassalagem em liberdade baseada em soberanias recíprocas entre os que lutam e se legitimam mutuamente⁴³.

⁴² ANDRADE, Luís Miguel Oliveira. *História e Memória – A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2001. (Coleção MINERVA-HISTÓRIA, 21), p.127-128.

⁴³ NEMI, Ana Lúcia Lana. “Alexandre Herculano e a escrita da história no conto ‘A Abóbada’”. In: ALMEIDA, Néri de Barros; NEMI, Ana Lúcia Lana; PINHEIRO, Rossana Alves Baptista (Orgs.). *A construção da narrativa histórica: Séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo: Fap-Unifesp, 2014, p.79.

Acredita-se que o mesmo possa ser dito sobre o caso de Alfonso Henriques e seu aio. A função do príncipe não foi questionada, mas suas ações sim, assim como o próprio príncipe deixou claro que não era necessário fazer como em outros reinos e pedir ao concelho que julgasse algo que já seria justo. É uma liberdade baseada, conforme dito acima, na noção de vassalagem recíproca.

Segundo Catroga⁴⁴, Herculano defendeu uma “índole portuguesa” que melhor se via no período medieval, quando se conciliava “unidade” com “diversidade” e “liberdade” com “autoridade”, tendo uma organização monárquica e municipal adequadas. Ele identificou a gênese da nação com a ascensão do terceiro estado que ele, assim como outros historiadores de seu tempo, defendia. Ana Nemi também afirmou que Herculano tinha por princípios de sua filosofia da história a liberdade e a desigualdade⁴⁵. Deste modo, defendia noções de liberdade e de regime liberal bastante específicas, sendo que em momento algum as hierarquias foram questionadas. Cada personagem soube seu lugar e sua posição social, e os benefícios ou limitações que ela envolvia. Nesse sentido, é possível considerar que a noção de liberdade de Herculano incluía dois sentidos. O primeiro voltado à nação, envolvendo sua autonomia e independência face ao exterior. O segundo voltado à população, que implicava em uma liberdade de ação dentro dos seus limites, respeitando a hierarquia social à qual se pertencia.

Por meio do romance, o autor procurou mostrar que esta liberdade estaria presente no período medieval, e seria necessário recuperá-la e readaptá-la ao seu tempo, assim como outros valores presentes em *O bobo* – principalmente os que envolviam a caracterização e legitimação da monarquia – para que Portugal saísse da situação de crise e instabilidade, incluindo a decadência que Herculano acreditava vivenciar. Conforme apontado por Catroga:

Assim, a relevação de uma certa leitura da Idade Média (feita com algum exagero no que concerne às virtudes do poder paternal do rei, às franquias municipais e à descentralização) servia não só para criticar os caminhos que a Revolução Liberal estava a seguir como para balizar, simultaneamente, um momento de apogeu que o absolutismo subsequente, ao construir uma sociedade em que a “unidade” e a “autoridade” se sobrepuseram à “liberdade” e à “diversidade”, levou à decadência. Com efeito, para Herculano, a nossa história, desde a fundação até ao (seu) presente, dividia-se em dois grandes ciclos – um de apogeu, que ia da origem até 1481 (Cortes de Évora) ou 1482 (Cortes de Viana do Alentejo), no fundo, até o período da emergência do absolutismo e dos inícios dos grandes Descobrimientos. A partir daqui, Portugal, com a crescente centralização política, o fanatismo religioso, o abandono da agricultura, foi decaindo, num ritmo que desaguou na Revolução Liberal, vista por Herculano como um desafio que podia

⁴⁴ CATROGA, Fernando. “Romantismo, Literatura e História”. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Co-autor: Regina Anacleto. Lisboa: Estampa, 1998b. v. 5 – O Liberalismo (1807-1890).

⁴⁵ NEMI, Ana Lúcia Lana. “Alexandre Herculano e a escrita da história no conto ‘A Abóbada’”. Op. Cit.

culminar no fechamento completo do ciclo regressivo ou, ao contrário, num movimento regenerador⁴⁶.

Este historiador afirma ainda que, para o letrado, Portugal não surgira como uma nação. Ela fora construída historicamente por meio da luta e da conquista⁴⁷. No romance isso é notório. Portugal fundou-se na batalha, na luta, tendo por objetivo a “liberdade”, como o autor bem colocou⁴⁸. Ao afirmar que o país foi construído por portugueses por meio da revolução, Herculano concretizou a particularidade de sua nação e uma história baseada na vontade, na ação e no desejo de ser livre.

A visão sobre o período medieval não pode ser considerada completamente idealizada, uma vez que o papel de Herculano enquanto historiador também deve ser considerado. E ele também está presente no romance. Herculano não mascarou aspectos negativos do período medieval, principalmente com relação à noção de violência. Quando o conde da Trava tentou forçar Garcia a se casar com Dulce sem a aceitação da dama, Herculano apontou o porquê de Garcia ter recusado a oferta ser um fato tão espantoso para a época, caracterizando, de certa forma, as relações pessoais medievais e o conteúdo violento retratado:

Nestas eras civilizadas em que a ideia do amor é mais pura nos corações que o compreendem, nenhum animo generoso deixaria de recusar com horror esse meio violento de satisfazer seus desejos. Naqueles rudes tempos, porém, a generosidade e a delicadeza dos afetos morais era mais um instinto confuso que uma doutrina definida, gravada na alma pela educação e pelas crenças sociais. Era por isso que Garcia hesitava entre o íntimo aconselhar de uma nobre consciência, e o cego desejo de paixão ardente. A tenuíssima esperança que ainda lhe restava fez triunfar, enfim, a sua natural generosidade⁴⁹.

O autor, portanto, não deixou de fazer uma comparação entre a época medieval e a oitocentista, apontando outra faceta menos idealizada sobre o período e o quanto as relações humanas teriam mudado. A Idade Média retratada pelo autor no romance é pautada por violência, guerras, mortes, dentre outros, não apenas nos aspectos fictícios, mas também nos momentos de contextualização histórica feitos por Herculano. Observe-se o seguinte trecho:

⁴⁶ CATROGA, Fernando. “Romantismo, Literatura e História”. Op. Cit., p.469.

⁴⁷ Idem, p.468.

⁴⁸ CATROGA, Fernando. “Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico”. Op. cit.

⁴⁹ HERCULANO, Alexandre. O Bobo. Op. cit., p.52. Versão original: “Nestas eras civilizadas em que a ideia do amor é mais pura nos corações que o compreendem, nenhum animo generoso deixaria de recusar com horror esse meio violento de satisfazer seus desejos. Naquelles rudes tempos, porem, a generosidade e a delicadeza dos affectos moraes era mais um instinto confuso que uma doutrina definida, gravada na alma pela educação e pelas crenças sociaes. Era por isso que Garcia hesitava entre o íntimo aconselhar de uma nobre consciencia, e o cégo desejo de paixão ardente. A tenuissima esperança que ainda lhe restava fez triumphar, em fim, a sua natural generosidade”.

Os ódios e as vinganças eram lealmente ferozes, a dissolução sincera, a tirania sem mistério. No século dezesseis, Filipe 2º envenenava seu filho nas trevas de um calabouço: no princípio do décimo-terceiro, D. Sancho 1º de Portugal arrancando os olhos aos clérigos de Coimbra, que recusavam celebrar os officios divinos nas igrejas interditas, chamava para testemunhas daquele feito todos os parentes das vítimas. Filipe era um parricida, polidamente covarde: D. Sancho um selvagem atrozmente vingativo. Entre os dois príncipes há quatro séculos nas distancias do tempo, e o infinito nas distancias morais.

Em uma sociedade em que as torpezas humanas assim apareciam sem véu, o julga-las era fácil. O dificultoso era o condena-las. Na extensa escala do privilégio, quando um feito ignóbil ou criminoso se praticava, a sua ação recaía, por via de regra, sobre aqueles que se achavam colocados nos degraus inferiores ao perpetrador do atentado. O sistema das hierarquias mal consentia os gemidos: como seria, portanto, possível a condenação? As leis civis na verdade procuravam anular, ou pelo menos modificar esta situação absurda; mas era a sociedade que devorava as instituições, que não a compreendiam a ela, nem ela compreendia. Porque de reinado para reinado, quase de ano para ano, vemos renovar essas leis, que tendiam a substituir pela igualdade da justiça a desigualdade das situações? – É porque semelhante legislação era letra morta, protesto inútil de algumas almas formosas e puras, que pretendiam fosse presente o que só podia ser futuro⁵⁰.

Nesse sentido, do mesmo modo que o autor ressaltou o período medieval na construção de sua narrativa e de seus personagens no que dizia respeito às soberanias e liberdades pactuadas, selecionando um período específico e construindo todo um

⁵⁰ Idem, p.22. Versão original: “Os odios e as vinganças eram lealmente ferozes, a dissolução sincera, a tyrannia sem mysterio. No seculo dezeseis, Filippe 2º envenenava seu filho nas trevas de um calabouço: no principio do decimo-terceiro, D. Sancho 1º de Portugal arrancando os olhos aos clérigos de Coimbra, que recusavam celebrar os officios divinos nas igrejas interditas, chamava para testemunhas daquele feito todos os parentes das victimas. Filippe era um parricida, polidamente covarde: D. Sancho um selvagem atrozmente vingativo. Entre os dois príncipes ha quatro séculos nas distancias do tempo, e o infinito nas distancias moraes. N’uma sociedade em que as torpezas humanas assim apareciam sem véu, o julga-las era fácil. O dificultoso era o condemna-las. Na extensa escala do privilegio, quando um feito ignóbil ou criminoso se praticava, a sua acção recahia, por via de regra, sobre aquelles que se achavam colocados nos degraus inferiores ao perpetrador do atentado. O systema das jerarchias mal consentia os gemidos: como seria portanto possível a condemnação? As leis civis na verdade procuravam anular, ou pelo menos modificar esta situação absurda; mas era a sociedade que devorava as instituições, que não a comprehendiam a ella, nem ella compreendia. Porque de reinado para reinado, quase de anno para anno, vemos renovar essas leis, que tendiam a substituir pela igualdade da justiça a desigualdade das situações? – É porque semelhante legislação era letra morta, protesto inútil d’algumas almas formosas e puras, que pretendiam fosse presente o que só podia ser futuro”.

discurso de altivez do passado comparado à decadência de seu tempo presente, ele também apontou que esta época tinha seu lado negativo. O autor utilizou-se de uma época na qual se encontrariam os valores ideais a serem recuperados, não deixando de reconhecer seu lado histórico e, portanto, conflituoso, e tentou recuperar estes valores de um modo didático para ensinar à população portuguesa o que seria adequado e o que não seria para o seu próprio tempo.

Deste modo, pode-se realizar uma comparação entre o conde e o príncipe. O autor caracterizou determinados aspectos para cada um, associando o vilão com a tirania e o abuso de poder em benefício de si mesmo, e o príncipe Alfonso Henriques com o respeito às liberdades individuais dos nobres e às tradições portuguesas. No limite, mais que uma questão de defesa de alguns monarcas, acredita-se que o foco seja a defesa de valores representados por estes monarcas.

A tentativa de consolidação do que seriam características da nação portuguesa, pelo autor, também dialogava com as diversas tentativas de legitimar a existência do próprio país, que então era contestada. Note-se o seguinte trecho, imediatamente anterior ao citado acima:

Se na batalha do campo de S. Mamede, junto de Guimarães, D. Thereza e o conde houvessem triunfado do moço Affonso Henriques, outra provavelmente fosse a sorte do nosso país. [...] A guerra entre aquele príncipe [Affonso Raimundez, chamado o imperador] e o seu poderoso vassalo [conde Fernando da Trava] traria forçosamente ou a sujeição a Castela dos estados do conde Henrique de Borgonha, ou o ser hoje a Galiza uma das províncias de Portugal, e além dela talvez mais algumas outras desta gigante Hespanha, que por tantas vezes tem tentado devorar-nos. Mas a existência da monarquia portuguesa estava decretada na mente de Deus. Este país, cujos destinos eram o conquistar para o cristianismo e para a civilização três partes do mundo, devia ter em recompensa unicamente a gloria: e a gloria dele é tanto maior quanto, encerrado na estreiteza de breves limites, o seu nome, que retumbou por todo o globo, pertence a um povo sumido no meio dos grandes impérios da terra⁵¹.

E também o seguinte trecho presente na introdução do romance:

⁵¹ Idem, cap. 1, p.12. Versão original: “Se na batalha do campo de S. Mamede, junto de Guimarães, D. Thereza e o conde houveram triumphado do moço Affonso Henriquez, outra provavelmente fôra a sorte do nosso paiz. [...] A guerra entre aquelle principe [Affonso Raimundez, chamado o imperador] e o seu poderoso vassalo [conde Fernando da Trava] traria forçosamente ou a sugeição a Castella dos estados do conde Henrique de Borgonha, ou o ser hoje a Galliza uma das provincias de Portugal, e alem della talvez mais algumas outras desta gigante Hespanha, que por tantas vezes tem tentado devorar-nos. Mas a existencia da monarchia portuguesa estava decretada na mente de Deus. Este paiz, cujos destinos eram o conquistar para o christianismo e para a civilização três partes do mundo, devia ter em recompensa unicamente a gloria: e a gloria delle é tanto maior quanto, encerrado na estreiteza de breves limites, o seu nome, que retumbou por todo o globo, pertence a um povo sumido no meio dos grandes imperios da terra”.

Dessa frouxidão dos laços sociais nasceu a nação portuguesa... e no modo porque esta planta débil e tenra pôde escapar ás repetidas procelas, que a cercavam nos primeiros dias da sua vegetação, descobrem os olhos mais incrédulos a mão da Providencia. [...] Quais seriam hoje as relações do Oriente e do Novo Mundo com o Ocidente, se Portugal tivesse perecido no berço? Quem ousará dizer: sem Portugal a civilização do gênero-humano seria hoje qual é?⁵²

Há aqui forte tentativa de legitimação da existência de Portugal baseada na vontade divina e também na gratidão que o Ocidente todo deveria ter para com o país, uma vez que o mundo contemporâneo só seria possível graças às conquistas portuguesas do passado. Somado a isto, há ainda a preocupação com o destino de Portugal frente às demais nações.

São afirmações particularmente relevantes se se considerar o fato de que durante o século XIX havia um sério questionamento quanto à viabilidade da existência de Portugal enquanto nação independente, visto suas ínfimas possibilidades de desenvolvimento econômico frente às demais nações que acompanhavam os processos da Revolução Industrial iniciados no século anterior. Questionamentos como este também envolviam grupos denominados iberistas e anti-iberistas que, respectivamente, defendiam ou rejeitavam a anexação de Portugal à Espanha⁵³. Deste modo, recorrer às tradições e ao momento fundacional da nação eram necessários para trazer uma legitimidade histórica para sua existência e permanência no cenário europeu.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi compreender como Herculano retomou a Idade Média no romance *O bobo* enquanto construía uma noção de nação portuguesa. Levando em consideração sua preocupação com a instrução popular e a valorização do conhecimento histórico presente no movimento romântico português do qual fazia parte, considerou-se que o autor procurou divulgar conteúdos históricos para seu público leitor por meio do romance *O bobo*.

Estes conteúdos envolveram a escolha do passado medieval, algo comum ao movimento romântico que se consolidava. No entanto, considerou que esta foi uma

⁵² Idem, cap. 1, p.11. Versão original: “Dessa frouxidão dos laços sociais nasceu a nação portugueza.... e no modo porque esta planta debil e tenra pôde escapar ás repetidas procellas, que a cercavam nos primeiros dias da sua vegetação, descobrem os olhos mais incredulos a mão da Providencia. [...] Quaes seriam hoje as relações do Oriente e do Novo Mundo com o Occidente, se Portugal tivesse perecido no berço? Quem ousará dizer: sem Portugal a civilisação do genero-humano seria hoje qual é”.

⁵³ MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Colibri, 1998.

temporalidade específica portuguesa, seu momento fundacional. Valorizou-se a monarquia medieval em detrimento de governos tirânicos como uma forma de demonstrar os caminhos e valores que a monarquia oitocentista deveria seguir. Dentre eles, estavam principalmente a liberdade, em suas diversas dimensões, a manutenção das hierarquias pactuadas estabelecidas e o papel da nobreza como guia representante da população e, em certa medida, dando o equilíbrio ao poder real para que ele não se tornasse despótico.

O autor apontou que vivenciava um período de decadência, mas não deixava de ressaltar que, se comparado com o passado, seu tempo também teria conquistado valores e características que não poderiam ser descartadas. São ideias relacionadas ao Iluminismo, ao mesmo tempo em que dialogavam com uma forte busca por tradições históricas⁵⁴. O que foi conquistado, não poderia ser perdido. O que foi perdido, principalmente valores e glórias esquecidas, deveria ser lembrado, retomado, adaptado à realidade oitocentista e ensinado à população.

Deste modo, a construção do enredo e dos personagens, suas qualidades e seus defeitos – como no caso do conde e inimigo – trariam lições a serem ensinadas ao presente português, assim como ao público leitor. Lições tanto no sentido de conhecimento do passado, da gestação da nação e de seu desenrolar até a autonomia e independência, como também no sentido de compreender o papel do monarca e de seus seguidores. A busca e valorização das tradições medievais demarcariam o que seria próprio da nação portuguesa, em detrimento de costumes e modos de vida estrangeiros ou pertencentes à uma antiguidade que não fosse a sua. Nesse sentido, o autor buscou delinear o que seria próprio de Portugal, tentando demarcar sua singularidade frente às demais nações europeias, seu papel histórico que legitimaria sua permanência autônoma no mundo Ocidental europeu e, por fim, definir o que era a nação portuguesa naquele momento, por meio de sua história.

⁵⁴ NEMI, Ana Lúcia Lana. “Fases do mundo ibérico na contemporaneidade: humanismo fundamental e circunstância diferencial?”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho, 2011.